

NOTAS CRÍTICAS SOBRE O DEBATE METODOLÓGICO ENTRE ORTODOXIA E HETERODOXIA NA “ILUSTRÍSSIMA”

Alvaro Martins Siqueira¹
Rodrigo Constantino Jerônimo²

RESUMO: O objetivo deste artigo é argumentar que o debate metodológico em Economia ainda reverbera noções de teor positivista, que já foram superadas em filosofia da ciência para dar lugar ao que atualmente constitui um consenso: não é possível interpretar e agir sobre o mundo sem uma concepção prévia que contenha juízo de valores, crenças, pressupostos, etc., ou, em outras palavras, não é possível interpretar e agir sobre o mundo sem uma ontologia. Se a ala ortodoxa ainda crê representar a mais positivista neutralidade axiológica, boa parte dos heterodoxos declaram que essas concepções ontológicas sobre o mundo são, além de inelimináveis, incomensuráveis. Espera-se argumentar que a consequência problemática desse posicionamento é que ele termina por render irrelevantes as concepções mais profundas sobre o funcionamento da realidade. O texto se compromete, então, a uma análise que aponte críticas que se estendem aos dois lados do debate metodológico travado na “Ilustríssima”.

PALAVRAS-CHAVE: Metodologia econômica; Ontologia; Filosofia da ciência.

Classificação JEL: B14; B41

Os “papas da metodologia científica”³

Diferentes correntes teóricas em economia pressupõem diferentes métodos que, por sua vez, se baseiam em diferentes posições em filosofia da ciência. Na sequência de artigos publicados no caderno da “Ilustríssima” na Folha de São Paulo, essas posições em metodologia e filosofia da ciência chegam a assumir o primeiro plano do debate. Nesse debate, embora fique clara a decisiva influência dos chamados “papas da metodologia científica” nas concepções metodológicas advogadas por ambos os lados, não há – e nem seria aquele o espaço mais adequado para se fazer – uma apresentação direta e explícita desses filósofos. Por isso, antes de passar à análise do debate metodológico, é importante uma breve revisão bibliográfica que

¹ Universidade Federal Fluminense (Uff), Niterói – RJ – Brasil. Doutor em Economia. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf), Campos dos Goytacazes – RJ – Brasil. Pós-doutorando em Sociologia Política. alvaromsiqueira@gmail.com

² Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara – SP – Brasil. Doutor em Economia e Docente. rodrigo.jeronimo@unesp.br

³ Em seu artigo, a ser comentado mais à frente neste texto, Paula e Jabbour (2016) se referem à Karl Popper e Imre Lakatos como “papas da metodologia científica”. Achamos a analogia pertinente e possível de ser estendida à Thomas Kuhn e Paul Feyerabend, uma vez que a adesão comprometida a esse tipo de posição metodológica substantiva, diriam talvez esses próprios autores, é praticamente uma questão de convicção, de crença, uma questão quase religiosa (Duayer; Medeiros; Paineira, 2001).

permita identificar mais nitidamente o lugar de onde falam a ortodoxia e a heterodoxia em economia.

Com isso, espera-se defender que qualquer dos papas da metodologia científica apresentados propõe um entendimento filosófico que embarga uma possível discussão crítica sobre a ontologia que fundamenta suas concepções teóricas, em economia ou em outras disciplinas. Uma revisão realmente representativa requereria também considerações dedicadas ao positivismo lógico e seu projeto teórico de expurgo de proposições não-empíricas, “metafísicas”. Em consequência do espaço disponível, e como a máxima do material empírico ainda é o eixo central, porém menos declarado dos novos papas da metodologia, serão feitas apenas referências pontuais aos positivistas enquanto dedica-se comentários menos telegráficos à metodologia de Popper, Kuhn, Lakatos e Feyerabend.

Karl Popper e o falsificacionismo metodológico

O positivismo lógico a que acabamos de nos referir recebeu muitas críticas, em especial a partir da década de 1950. Um de seus mais importantes críticos foi Karl Popper, que contestava o Círculo de Viena desde meados da década de 1930. Além disso, como afirma Caldwell (1982, p. 56), Popper é frequentemente conhecido entre economistas e corretamente associado ao falsificacionismo embora poucos saibam de sua afinidade com o liberalismo clássico. Ele é, ainda, considerado por alguns como “algoz e colaborador” do positivismo, tendo influenciado nele de forma crítica e positiva desde o Círculo de Viena até a década de 1980.

Popper elabora a noção de falsificacionismo, que compreende que algo como a verdade objetiva de fato existe, mas os cientistas não têm condições de identificá-la, caso a encontrem. O que a ciência é capaz de fazer, no melhor dos casos, é identificar proposições e teorias falsas para abandoná-las. O conhecimento só pode ser corroborado ou refutado, mas nunca verificado definitivamente, de uma vez por todas. Assim, o cientista pode se orientar por uma noção de verossimilitude, identificando proposições próximas da verdade, mas nunca objetivamente verdadeiras.

Decorre disto que a estrutura de crescimento do conhecimento para Popper era distinta daquela dos positivistas. Para os últimos, o crescimento do conhecimento se dava por um processo monotônico, linear, no qual proposições eram testadas e, caso fossem validadas, eram permanentemente incorporadas ao conjunto total de conhecimentos. Já para Popper ocorria um processo por rupturas onde as instâncias contínuas de testes poderiam (e deveriam) até mesmo

refutar teorias já consolidadas. Para ele, então, o crescimento do conhecimento ocorria de forma não-monotônica.

Popper também condenava o indutivismo (partir de um grupo de proposições isoladas para induzir que uma lei geral fosse verdadeira). Uma teoria ou lei geral pode ser falsificada, mas nunca comprovada como verdade. Popper defendia que cada proposição deveria estar aberta à possibilidade de falsificação, ao contrário do que propunha a conhecida tese da testabilidade indireta, segundo a qual a totalidade da teoria deveria ser submetida ao teste e, caso a teoria como um todo fosse confirmada, as sentenças que contivessem termos teóricos ganhariam significado indiretamente.

Outro ponto central no pensamento de Popper diz respeito ao dever ser da pesquisa científica. O papel do pesquisador é lançar ousadas conjecturas que devem ser confrontadas com severos testes a fim de falsificá-las. A lógica da pesquisa científica deve ser similar a um processo de tentativa e erro, no qual o progresso da ciência se define pela sua capacidade de refutar falsas conjecturas. Estes postulados induzem a caracterizar, como faz Caldwell (1982), o popperianismo mais como uma ética científica do que como método de pesquisa.

Como menciona Caldwell (1982), Popper esteve em contato com teorias dotadas de alta capacidade explanatória, tais como a teoria da história de Marx, a teoria da psicanálise de Freud e a teoria da psicologia individual de Adler. Popper viria a condenar justamente o que era visto pela comunidade científica como a vantagem dessas teorias. Para ele, trata-se de teorias capazes de explicar praticamente qualquer aspecto de seus respectivos campos de pesquisa, desta forma transformando a maioria das observações possíveis em novas instâncias de verificação delas mesmas.

Este tipo de teoria, segundo Popper, se afastava do que deveria ser a teoria científica, pois não eram teorias “abertas” a testes de falsificação, no sentido de que a ênfase era dada na tentativa de confirmá-las, e não as refutar. Teorias verdadeiramente científicas, então,

Começam como ousadas conjecturas, como soluções para problemas. São consideradas científicas se puderem ser sujeitas a severos e críticos testes; uma teoria científica é falsificável. Aquelas teorias que puderem ser mais severamente testadas, que “proíbam” mais, têm maior conteúdo empírico, e são preferíveis. Teorias com alto conteúdo que resistam a repetidas tentativas de refutação são consideradas corroboradas (Caldwell, 1982, p. 62).

Sob critério popperiano de cientificidade, então, são científicas as proposições falsificáveis, e pseudocientíficas as proposições ou teorias com alta capacidade explanatória e poucas (ou nenhuma) instâncias de testes. Teorias com maior conteúdo empírico corroborado,

além disso, não são necessariamente mais prováveis. Para Popper probabilidade e conteúdo são inversamente proporcionais. Ou seja, quanto menos provável é uma teoria ou quanto mais instâncias proibitivas de testes, mais conteúdo ela possui – e vice-versa, pois o conteúdo da uma teoria é justamente o conteúdo “proibido”, e não o conteúdo “comprovado”. Fica claro que Popper rejeita a concepção positivista de buscar as proposições com maior grau de confirmação, pois para ele a ciência deve buscar teorias improváveis que consigam resistir às tentativas de falsificação.

Surge, no entanto, o problema de que na maioria das vezes as teorias mais improváveis são, de fato, falsas. E se não há a possibilidade de reconhecer as proposições verdadeiras, a ciência seria inundada de falsas proposições sem poder garantidamente discerni-las umas das outras. Essa espécie de caos científico só não é um resultado da interpretação popperiana de ciência graças a sua noção de verosimilitude ou verdade por correspondência aos fatos que, como dissemos, indica a possibilidade de “se aproximar” da verdade.

Enfim, apesar de discordar em múltiplas instâncias dos filósofos positivistas, Popper não necessariamente rompe com os principais pilares do projeto positivista, pois ele também rejeita a relevância de concepções ontológicas (noções trans-empíricas sobre a natureza do ser, aquelas que possibilitam a sua investigação). A recusa de Popper das teorias de Freud, Marx, ou qualquer outra que não proíba resultados, mas explique-os, reflete a sua aversão a concepções ontológicas substantivas de mundo. Teorias científicas devem, como a teoria de Einstein, explicitar um conjunto de resultados previstos que permitam alguma instância de teste empírico. Popper, então, rejeita a relevância de concepções ontológicas da sociedade, que aqui ainda são tratadas como uma espécie de dogmatismo (metafísico).

Por isso, Popper foi um algoz e colaborador do positivismo. Mas sua influência se estendeu também para a autores da corrente do crescimento do conhecimento, de modo que não é por acaso que muito do que será visto sobre esses filósofos do conhecimento se relaciona com os pontos aqui sumariamente listados. As críticas de Popper, portanto, podem bem ser entendidas como o ponto de partida para a elaboração de uma fase radicalmente (mais em certos aspectos do que em outros) distinta da dos positivistas.

Os filósofos do crescimento do conhecimento e ontologia relativizada

Os três autores considerados, Thomas Kuhn, Imre Lakatos e Paul Feyerabend têm uma reconhecida contribuição à metodologia econômica contemporânea. Kuhn e Lakatos, conforme indica Cavalcante (2005), são amplamente aceitos como habilitados críticos do positivismo lógico e a eles se deve muito da derrocada dele, oferecendo como chave para entender a ciência a capacidade suplementar e cumulativa do conhecimento ao longo da história.

Os ditos filósofos surgem, isto posto, como uma corrente alternativa à falência da ciência positivista, que é nomeada de crescimento do conhecimento. Se os positivistas, por um lado, se debruçavam enquanto filósofos sobre questões gerais do conhecimento, buscando métodos universais de produção de conhecimento objetivo (não-metafísico), os últimos admitem mais abertamente que crenças, valores, e visões de mundo são parte ineliminável do conhecimento científico.

Os filósofos do crescimento do conhecimento, no entanto, ressaltam muito mais a capacidade cumulativa do conhecimento do que o confronto propriamente crítico de visões de mundo diferentes. Diante da impossibilidade de eliminação das concepções de caráter ontológico, os sucessores dos positivistas respondem com a relativização das concepções de mundo e, portanto, da ontologia.

Thomas Kuhn é um desses autores cujo esquema conceitual desemboca, assim como o dos demais, num estágio no qual não é possível o confronto crítico entre visões de mundo (ou, na linguagem de Kuhn, entre paradigmas). Em Kuhn, e nos próximos autores, serão vistas distintas respostas ao problema de como acomodar a categoria da ontologia, embora se argumente neste trabalho que nenhuma das tentativas é bem-sucedida.

Thomas Kuhn: (a ausência de) critérios para confrontos de paradigmas

Dois conceitos fundamentais para entender o pensamento de Kuhn (1970 [1962]) são “ciência normal” e “ciência extraordinária”. Ciência normal se caracteriza por pesquisa rotineira baseada em um conjunto de obras (teorias, livros, manuais, consensos) científicas consolidadas, que são usadas como fundamento da prática de uma comunidade de cientistas. A ciência normal é a marca de paradigmas científicos consolidados. Paradigmas são, por sua vez, modelos dos quais brotam as tradições de pesquisa científica particulares, constituídos de lei,

teoria, aplicação e instrumentalização juntos. O bom funcionamento da ciência normal está intimamente ligado ao estado do atual paradigma.

Durante os períodos de ciência normal, busca-se resolver os diversos problemas propostos pelo paradigma dominante. Experimentos fora de um paradigma, que não tenham um fundamento em consistentes resultados, regras etc. já estabelecidos na comunidade, quase sempre não podem se articular satisfatoriamente com um paradigma e permanecem, portanto, como fatos isolados que só poderão ser acomodados na tradição científica quando esta for guiada por um paradigma que compreenda as descobertas de tais experiências. Por isso, o experimento científico não é validado por si próprio, mas depende fundamentalmente de um paradigma que permita sua interpretação.

Da articulação entre ciência normal e paradigma resulta o alargamento deste último, como resultado do sucesso em utilizar as ferramentas metodológicas e teóricas disponíveis para a resolução dos enigmas colocados. O próprio sucesso ou malogro da resolução dos enigmas é vista em grande parte como consequência da capacidade do cientista em usar das ferramentas teóricas dispostas (Caldwell, 1982). Em outras palavras, Caldwell quer nos dizer que os paradigmas são, em seu estado mais “saudável” formas de ver o mundo que logicamente permitem a explicação de quaisquer (veremos que nem todos!) fenômenos. Por isso a capacidade de resolução dos quebra cabeças, num paradigma estabelecido, pode ser vista como exercício lógico do cientista. Quebra cabeças [puzzles], são isto: enigmas com soluções que precisam ser resolvidos a partir das regras dadas.

Contudo, fenômenos desconhecidos e inesperados recorrentemente surgem na forma de anomalias para os cientistas, cuja tarefa é acomodá-las no paradigma – o que muitas vezes causa transformações significativas em suas teorias. Em caso de falhas consecutivas e persistentes dos cientistas em comportar os fenômenos anômalos, o paradigma é abalado, podendo daí resultar em uma revolução paradigmática, na qual o paradigma em vigor é substituído por outro, radicalmente distinto, que forneça melhores condições de resolução de problemas (Caldwell, 1982, p 91).

Como se apresenta até então, a ciência normal é um estágio bem restrito de funcionamento da pesquisa científica, pondo de lado visões de mundo que sejam distintas na medida em que delimita a prática científica ao que é posto pelo paradigma corrente (Cavalcante, 2005, p. 23). Ou seja, na perspectiva de Kuhn, paradigmas dominantes são extremamente desejáveis: o lado ‘mais produtivo’ da ciência (a ciência normal, resolução de quebra cabeças) depende substancialmente de regras, leis, teorias – enfim, de paradigmas – bem estabelecidos.

Quando a prática científica não consegue mais se esquivar do surgimento de anomalias – fatos que não podem ser alinhados com as expectativas científicas – esforços são voltados para investigações extraordinárias que podem levar a uma visão de mundo científico ou paradigma distinto do anterior. Kuhn (1970 [1962], p. 6) cita como notáveis pontos de inflexão das investigações científicas os desdobramentos decorrentes das descobertas de Copérnico, Newton e Einstein. A ciência extraordinária começa, então, quando anomalias não parecem mais ser apenas outra peça do quebra-cabeça do atual paradigma, mas indícios de que esse atual paradigma impede o acúmulo de novos conhecimentos.

A partir de casos como os de Copérnico e Einstein, Kuhn (1970 [1962]) alega que a destruição de um paradigma (já tido como derrotado, mas ainda socialmente enraizado) e o surgimento de um novo é um processo que pode ser muito demorado, e no qual se observa um programa qualitativamente distinto daquele dos períodos de ciência normal, ao qual é dado o nome de ciência extraordinária. Durante o período de pesquisa extraordinária, acontece simultaneamente o descrédito progressivo de um paradigma e a elaboração e comparação de paradigmas concorrentes. Kuhn afirma que o julgamento que leva a decisão de rejeitar um antigo paradigma e aceitar outro “envolve necessariamente a comparação de ambos os paradigmas com a natureza e com cada um deles” (Kuhn, 1970 [1962], p. 77).

A ciência normal, portanto, progride com a resolução de quebra-cabeças fundamentada no paradigma vigente até que o paradigma seja insuficiente para explicar todos os problemas com os quais a ciência se defronta. Paradigmas concorrentes são elaborados e comparados, com um deles sendo eleito pela comunidade como o novo paradigma científico.

No entanto, concorrentes a paradigmas não podem ser comparados com base nos prévios critérios estabelecidos entre os cientistas para comparação de teorias, pois uma vez que se aprofunda o processo de pesquisa científica extraordinária os antigos consensos, regras, critérios etc. deixam de ser inquestionáveis. Além disso, distintas visões de mundo ditam significados diferentes para termos e afetam as informações para o teste entre paradigmas. E como um novo paradigma não emerge com muitos resultados científicos (leia-se empíricos) e por isso novos paradigmas não podem ser satisfatoriamente comparados entre si – comparação que só é possível retrospectivamente –, a decisão da comunidade de cientistas kuhniana não pode se dar por critérios racionais. Resulta que novos paradigmas são incomensuráveis⁴ e não

⁴ Paradigmas já estabelecidos também são incomensuráveis entre si em certo sentido, pois cada um desses parte de diferentes critérios, princípios e concepções gerais que (obviamente) favorecem a sua própria capacidade explanatória frente aos problemas tratados pela comunidade científica. Mas neste caso Kuhn afirma que eles

há como testar satisfatoriamente os novos candidatos a paradigma em relação a sua capacidade de resolução de problemas. Nessa decisão sobre novos paradigmas, resta para a comunidade científica o critério da fé. Sobre isto, Kuhn afirma que:

O homem que adere a um novo paradigma num estágio inicial, frequentemente o faz desafiando a evidência fornecida pela resolução de problemas. Ele precisa, isto é, ter fé que o novo paradigma terá sucesso com os muitos grandes problemas que o confrontam, sabendo apenas que o antigo paradigma falhou com poucos. *Uma decisão desta natureza só pode ser baseada em fé* (Kuhn, 1970 [1962], p. 158, grifo nosso).

Em outras palavras, uma comunidade de cientistas não conta com uma quantidade satisfatória de evidências que sustente um paradigma, tampouco com um critério racional para a adoção do novo paradigma. Se um paradigma será bem-sucedido frente aos problemas que o confrontam, ou seja, se ele tem adequação empírica, só pode ser apreendido ex post. Em Kuhn, a troca paradigmática não pode se fundamentar em critérios racionais, mas pela fé.

Cabe reconhecer com o trabalho de Duayer, Medeiros e Paineira (2001), por fim, que nas noções de paradigma e de prática científica elaboradas por Kuhn já fica explícito o que hoje corresponde a um consenso em filosofia da ciência – o de que “não se pode erradicar a ontologia do discurso científico, como pretendeu o positivismo” (Duayer; Medeiros; Paineira, 2001, p. 3). Hoje não resta dúvidas de que é preciso admitir em algum nível que a ontologia ou concepção de mundo tem um papel relevante na forma como se configura uma determinada disciplina. Kuhn, no entanto, relativiza a ontologia ao submetê-la ao critério da fé.

A relativização da ontologia é expressa pelo resultado do esquema conceitual de Kuhn: se paradigmas são incomensuráveis – não podem ser racionalmente comparados – o papel de apreciação crítica de mundo dos cientistas cede um espaço crítico que é preenchido por fé. A aceitação de que as representações dos objetos de pesquisa são decisivas para a prática científica é um “divisor de águas” entre os positivistas (e Popper) e os autores do crescimento do conhecimento. Mas com esse breve resumo da filosofia da ciência de Kuhn, já é possível adiantar que, apesar da aceitação científica (a contragosto, diríamos nós) da ontologia, as teorias modernas de filosofia da ciência não podem fornecer elementos para uma efetiva crítica dessas visões de mundo. Sublinhamos, aqui, que no esquema de Kuhn não é possível conferir um papel crítico à ontologia em sua noção de paradigma.

podem ser comparados indiretamente, pela maior capacidade de resolver quebra-cabeças. Paradigmas não podem estar “certos” ou “errados”, eles apenas explicam mais ou menos que seus concorrentes.

Imre Lakatos: a circularidade lógica do núcleo rígido

Assim como o conceito de paradigma de Kuhn, o núcleo-rígido lakatosiano é uma forma de combinar a ontologia à filosofia da ciência, mas Lakatos (1978), como será visto, incorre em um modelo estritamente empírico e circular de validação de teorias, no qual também não se confere um papel crítico à ontologia. Antes de tentar expor o significado dos principais conceitos de Lakatos (como núcleo rígido de programa de pesquisa científico), parece oportuno e importante demarcar diferenças que Lakatos postula entre os chamados “falsificacionistas sofisticados” e os “falsificacionistas ingênuos”⁵.

Segundo Caldwell (1982), Imre Lakatos foi o intérprete mais influente do racionalismo de Popper, sendo em muito, uma extensão crítica da metodologia popperiana. Lakatos argumenta que Popper é indevidamente classificado por seus críticos como um falsificacionista dogmático, apesar de que, na verdade, tenha sido primeiro um falsificacionista ingênuo, mudando posteriormente para um falsificacionista sofisticado. As contribuições de Lakatos ficam por elaborar uma metodologia dos programas de pesquisa científica que pretende conter o melhor das ideias de Popper e possibilitar a reconstrução racional da metodologia e do crescimento do conhecimento científico (Caldwell, 1982).

A metodologia de Lakatos, que – claro – também se classifica como falsificacionista sofisticado, concebe a ciência mais como um sistema dinâmico de teorias do que como teorias em isolamento. Novas teorias devem conter cada vez mais conteúdo empírico corroborado em relação à suas precedentes. Lakatos chama atenção para o fato de que o falsificacionista sofisticado difere do ingênuo no critério de demarcação científico e nas regras de falsificação. Sobre o critério, ele diz:

Para o falsificacionista ingênuo, qualquer teoria que possa ser entendida como experimentalmente falsificável é “aceitável” ou “científica”. Para o falsificacionista sofisticado, uma teoria é “aceitável” ou “científica” apenas se tem excedente de conteúdo empírico corroborado em relação a sua predecessora (ou rival), isto é, apenas se leva à descoberta de novos fatos (Lakatos, 1978, p. 31-32).

A outra diferença sobre as regras de falsificação é em muito relacionada com a primeira. Para o falsificacionista ingênuo, é suficiente uma proposição observacional conflitante com a

⁵ Nos termos de Lakatos, essas diferenças poderiam, por exemplo, ser razoavelmente aplicadas respectivamente aos filósofos do crescimento do conhecimento de um lado e aos positivistas e Popper de outro.

teoria para que ela seja falsificada. Lakatos lista três características necessárias, segundo um falsificacionista sofisticado, de uma nova teoria T' para que a anterior T possa ser descartada do sistema de teorias científicas. É possível falsificar T apenas se:

- (1) T' tem mais conteúdo empírico que T: isto é, prediz novos fatos, fatos improváveis sob a luz de, ou mesmo proibidos por T. (2) T' explica o sucesso anterior de T, isto é, todo o conteúdo não refutado de T é incluído (dentro dos limites dos erros observacionais) no conteúdo de T'; e (3) algum excedente de conteúdo de T' é corroborado (Lakatos, 1978, p. 32).

Tanto o critério de demarcação quanto as regras de falsificação segundo Lakatos carregam uma ênfase no elemento empírico, na descoberta de novidades empíricas para ciência. Para a reconstrução racional do conhecimento científico, Lakatos propõe que sejam permitidos “ajustamentos teóricos” nos quais é possível resgatar e preservar teorias, ao menos enquanto não exista uma candidata que atenda aos requisitos listados (se seja empiricamente mais explanatória que as anteriores). Em relação ao binarismo positivista, esses critérios implicam um posicionamento ainda mais conservador do que antes, posto que o central deixa de ser se uma proposição é verdadeira ou não, e passa a ser tão somente a capacidade de explicação empírica, e assim o esforço de antes em falsificar teorias isoladas se transforma numa forte inclinação a preservá-las dentro de um sistema dito dinâmico.

Há, portanto, não um número de teorias isoladas, mas um sistema teórico, por assim dizer, interconectado que implica na noção de continuidade. Em nome dessa continuidade, é razoável preservar mesmo aquelas teorias que já sejam sabidamente equivocadas, mas que ainda não possuam sucessoras habilitadas. Esse sistema teórico dinâmico é exatamente o que Lakatos chama de Programa de Pesquisa Científico (ou PPC). Ele é constituído de uma heurística positiva e uma negativa e é classificável para Lakatos (1978) enquanto degenerativo ou progressivo.

A heurística negativa de um programa de pesquisa científico, denominada de núcleo rígido, corresponde aos princípios básicos de uma tradição científica. Esses fundamentos são irrefutáveis por definição, pois demarcam o campo de premissas inquestionáveis pelo cientista. Hipóteses teóricas legítimas surgem sob a condição de não contradizer os princípios fundamentais da heurística negativa – o núcleo rígido do PPC. Assim, ilustrativamente, o núcleo rígido de um programa de pesquisa é de onde devem partir todas as teorias de um programa de pesquisa. O núcleo rígido compreende proposições gerais e, especialmente, não verificáveis sobre o funcionamento do mundo.

O outro elemento constituinte de um PPC é o cinturão protetor – sua heurística negativa, que demarca o campo válido de pesquisa, no qual novas teorias podem ser produzidas. Quanto maior o campo do conhecimento coberto pelo cinturão protetor, mais teorias científicas podem ser formuladas e acomodadas numa determinada tradição científica (Cavalcante, 2005, p. 36-7).

Quanto à classificação dos PPC's, Lakatos afirma que:

Um conjunto de teorias [PPC] é teoricamente progressivo [...] se cada nova teoria tem algum excedente de conteúdo empírico contra sua antecessora, isto é, se ela prediz algum novo fato, até o momento inesperado. Podemos dizer que um conjunto teoricamente progressivo de teorias é também empiricamente progressivo [...] se algo desse excedente de conteúdo empírico é também corroborado, isto é, se cada nova teoria nos leva para a descoberta de um novo fato. Finalmente, chamemos de *problemshift* progressivo aquele que é tanto teoricamente e empiricamente progressivo, e degenerativo se não o é. Nós “aceitamos” *problemshifts* como “científicos” apenas se eles são ao menos teoricamente progressivos; se não, nós os ‘rejeitamos’ como “pseudocientíficos”. Progresso mede-se pelo grau em que um *problemshift* é progressivo, pelo grau em que um conjunto de teorias nos leva a descoberta de novos fatos. Nós consideramos uma teoria “falsa” quando é suplantada por outra com maior conteúdo [empírico] corroborado (Lakatos, 1978, p. 33-34).

Portanto, similarmente a Kuhn, Lakatos entende que teorias não podem ser consideradas em isolado, mas devem ser vistas como um corpo teórico conectado que circula em determinada tradição científica. O critério de cientificidade é a capacidade explanatória progressivamente preditiva e a “falsidade” das teorias é dada por sua inferior capacidade empírico-explanatória. As diretrizes de acumulação do conhecimento de Lakatos são ainda mais instrumentalizantes do que a noção paradigmática de Kuhn. Se esse último chega a declarar como inacessível certa parte do confronto entre concepções de mundo, o primeiro exacerba sem eufemismos uma tendência empiricamente instrumental da pesquisa científica.

Diferentemente de Kuhn, para quem um paradigma estabelecido exclui os demais, Lakatos admite que possa haver PPC's ativos e coexistentes. O critério lakatosiano para comparar os PPC's é o grau em que são progressivos ou degenerativos. Por fim, como mencionamos acima, ao atribuir a capacidade preditiva de teorias tanto na cientificidade quanto na comparação entre PPC's, Lakatos abre espaço para a proliferação e radicalização de posições instrumentalistas que, como atestam os pronunciamentos midiáticos de economistas brasileiros, estiveram e continuam e continuam a ter excelente recepção na disciplina econômica.

Para cumprir o argumento enunciado sobre Lakatos resta dizer, por fim, que ele incorre num problema comum em ontologias empiricistas: o da circularidade lógica. O critério de

avaliação científica lakatosiano, apesar de não ser abertamente não-racional como o de Kuhn ou arbitrário como o de Feyerabend, parte dos dados selecionados pelo núcleo rígido (que, como vimos, comporta as noções mais substanciais para a elaboração de teorias) em dois momentos: o da elaboração de hipóteses e o de sua própria instância de teste.

Conforme desenvolve o próprio Lakatos, o campo de ação (cinturão protetor) de um núcleo rígido funciona como espaço para circulação de teorias que sustentam e são sustentadas pelo próprio núcleo. Por isso, se o núcleo rígido determina a priori quais são nos nexos relevantes do mundo, determinando os dados, eventos e objetos que devem ser levados em conta e, ao mesmo tempo, prescreve os critérios de corroboração empírica, “parece evidente que se está então diante de um flagrante circularidade” (Duayer; Medeiros; Paineira, 2001, p. 18).

Paul Feyerabend: a irracionalidade como método do anarquismo metodológico

Se, por um lado, Kuhn e Lakatos ao menos se propõe a um modelo racional de crescimento do conhecimento científico, para Feyerabend, o “racionalismo” é apenas um dos métodos possíveis, e sua proposta é uma abordagem extrema da relativização das concepções de mundo (Caldwell, 1982, p. 98).

Feyerabend é um autor com uma perspectiva peculiar pois, diferentemente dos anteriores, seus esforços são menos no sentido de construir uma metodologia compartilhada do que no sentido de argumentar que nenhum sistema de normas ou métodos pode ser viável, especialmente em seus últimos trabalhos (Caldwell, 1982). Ainda assim, é possível assinalar algumas prescrições de Feyerabend para as ciências, partindo de seus pressupostos básicos.

O filósofo da ciência adota em seus primeiros escritos, como diz Caldwell (1982, p. 79), uma variante extrema da tese da dependência da teoria [*theory-dependence thesis*], ou a tese de que os conteúdos empíricos dependem e estão contidos em proposições teóricas, afirmando que:

Os significados tanto dos termos observacionais quanto teóricos são completamente dependentes da teoria na qual estão inseridos. Como consequência, qualquer nova teoria que seja criada para substituir uma antiga, irá conter termos que são usados de forma diferente do que antes; apesar de que os termos sejam os mesmos, seus significados não serão. Os únicos casos nos quais duas teorias compartilham termos que possuam o mesmo significado são triviais: envolvem situações nas quais uma nova teoria simplesmente estende as categorias usadas numa antiga teoria (Caldwell, 1982, p. 79).

Em outras palavras, os significados dos termos variam de caso em caso, o que implica que duas teorias não se contradizem, pois mesmo usando os mesmos termos, o significado deles em cada uma das teorias é relativo⁶. Verdadeiras teorias serão, portanto, incomensuráveis em qualquer situação. Este é um dos pontos que Feyerabend defende com mais radicalidade e foi, por um lado, um subsídio para uma crítica à rígida ideia positivista de “invariância do significado”. Por outro lado, a relatividade dos significados foi também o ponto de partida para muitos dos críticos do próprio Feyerabend (Caldwell, 1982, p. 81).

Outra premissa importante e controversa de Feyerabend é a de que novas teorias não precisam ser consistentes ou conter teorias já consolidadas para serem cientificamente válidas. O argumento é que, como sempre partimos de pré-concepções e valores, comumente a nova teoria não está sendo posta de lado por ser inconsistente com os fatos, mas por ser inconsistente com alguma outra teoria, que pode ser distinguida da mais recente apenas em termos de “idade e familiaridade”. Nessas condições, o critério que assegura a hegemonia de uma teoria é a tradição, e caso a teoria concorrente tivesse sido formulada antes, seria favorecida ou invés de prejudicada por ela (Caldwell, 1982, p. 80).

Um dos contra-argumentos feitos à Feyerabend é o de que não há benefício em estimular a proliferação infinita de teorias sobre os mesmos fatos, para re-explicá-los. E como Feyerabend não adota, como Popper, uma noção de que seja possível “se aproximar” de algo como a verdade, a proliferação de teorias não encontra embargos. Novas teorias se justificam única e exclusivamente por explicar novos fatos, ou fatos antes inexplicados por teorias mais antigas, sem nenhum compromisso com uma (im)possível aproximação com uma descrição correta desses fatos.

⁶ Seria possível ilustrar o argumento de Feyerabend com um exemplo escolástico sobre diferentes interpretações de um mesmo e simples objeto, uma pedra. Uma pessoa “comum” assim denomina um objeto que na maioria das vezes só conhece em termos de peso, textura e consistência. Esse mesmo objeto, sob o olhar especializado de, digamos, um geólogo, não é simples e somente uma combinação de peso, textura e consistência, mas também o resultado de longos processos de concentração de minerais sob condições específicas de temperatura, pressão, umidade etc. que resultam em uma determinada combinação de propriedades bem conhecida pelo geólogo. O significado que o geólogo designa para a pedra, ou melhor, rocha (nesse caso até os termos variariam para o mesmo objeto), é radicalmente distinto (e nesse caso mais apropriado, diríamos nós) do significado compreendido pelo “leigo”. Feyerabend não consideraria, entretanto, que a concepção subentendida por quem diz “rocha” tem qualquer vantagem sobre a de quem diz “pedra”. Aqui, embora o simples exemplo não seja suficiente para mostrar os problemas de um relativismo extremado, ele serve para mostrar que para uma ontologia relativista como a de Feyerabend todas as interpretações possíveis são igualmente corretas, válidas e, portanto, incomensuráveis, equivalentes. Contra essa perspectiva, nos parece mais prudente reconhecer que o entendimento do geólogo tem, comparativamente e para fins de conhecimento científico, vantagem sobre o do “leigo”.

Para Feyerabend, tais asserções não fazem sentido já que é pressuposto pelos defensores da “condição de consistência” das teorias que os fatos são autônomos ou independentes das teorias. Ao contrário, para ele os fatos são teoricamente dependentes e a quantidade de conhecimento científico, então, aumenta com novas teorias sobre os fatos, e não com novos fatos explicados. Por isso é interessante para a ciência proliferar o máximo de proposições teóricas possíveis sobre o mesmo objeto. Este afirma ainda que, dado que infinitas teorias podem ser formuladas sobre um mesmo conjunto de dados (teorema de Quine), o real e conservador critério de eliminação de teorias é o desacordo da mais recente com a mais consolidada. Ou seja, a quantidade de teorias desejadas pela ciência tem um limite que tende ao infinito, embora a ciência tradicional costume avaliar a teoria mais nova somente em sua familiaridade ou coerência com as mais antigas. Para Feyerabend (1975), a condição de coerência das teorias:

Elimina uma teoria ou uma hipótese não porque esteja em desacordo com os fatos; elimina-a quando ela se põe em desacordo com outra teoria. [...] Se a teoria mais recente fosse a mais antiga, a condição de coerência operaria em seu favor. “A primeira teoria adequada tem o direito de prioridade sobre teorias posteriores igualmente adequadas” (Feyerabend, 1975, p. 25).

Em seu conhecido livro *Against Method: Outline of an Anarchistic Theory of Knowledge*, ele argumenta que o anarquismo, apesar de não lhe ser politicamente atrativo, é a própria condição metodológica de progresso científico. Feyerabend afirma que são em tempos em que os cientistas quebram regras e contradizem teorias já consolidadas que a ciência se revigora. Como aponta Caldwell (1982, p. 83), há somente um princípio para Feyerabend que pode ser defendido em qualquer circunstância na pesquisa científica: o princípio do vale-tudo (*anything-goes*).

Por mais controverso que possa parecer, Caldwell mostra que mesmo as hipóteses ad hoc, tão associadas a cientistas mal-intencionados e charlatões são estimadas por Feyerabend: “[Elas] também têm seu espaço, pois podem ser usadas para ‘dar fôlego’ a novas teorias que sejam geralmente mal especificadas ou organizadas quando originadas” (Caldwell, 1982, p. 84).

Como dito, Feyerabend alega não ter intenção em construir um sistema metodológico coerente, mas sim reforçar as limitações de qualquer metodologia já elaborada. Segundo Feyerabend, a metodologia serve como um “guia que é parte da atividade guiada e é modificado por ela” (Caldwell, 1982, p. 84). Assim, se por um lado o status-quo e a tradição cega das teorias dominantes parece ser fortemente questionado pelo autor, por outro, qualquer debate ou

confronto teórico razoável também é impossível. O ceticismo metodológico de Feyerabend torna inoperante qualquer atividade racionalmente crítica dentro dos programas de pesquisa, permitindo a livre circulação das mais extremas aberrações teóricas, por mais absurdas que possam ser. Isto o coloca à frente de qualquer autor aqui citado no quesito de relativismo ontológico.

Considerações sobre os “papas da metodologia científica”

O brevíssimo resgate dos autores acima serve para concluir que foi a partir do relutante colapso dos objetivos lógico-positivistas que surgem posições a dos autores aqui mencionados, Popper, Kuhn, Lakatos e Feyerabend. Ao aceitar a impossibilidade cognitiva de um conhecimento livre do que se entendia por metafísica (mas que também dizia respeito ao que chamamos de ontologia), sustentam a pragmática solução de que ontologias, concepções de mundo – e, com isso, esquemas teóricos fundados em tais concepções – são igualmente sustentáveis e, portanto, incomensuráveis.

É possível inferir que os autores discutidos, principalmente os três últimos, em que pese seus posicionamentos muito distintos em alguns pontos, compartilham uma mesma ontologia, implícita ou explicitamente, segundo a qual divergências substantivas podem ser relativizadas. O caráter propriamente instrumental dessas concepções pode ser percebido pelo objetivo inerente à cada uma delas. Seja em nome da continuidade da ciência normal (Kuhn), do alargamento do cinturão protetor (Lakatos), ou da renovação “anárquica” das teorias científicas (Feyerabend), o que importa é, principalmente, a capacidade da teoria de alcançar um espectro cada vez maior de eventos empíricos, o que implica, como procuramos apontar, tão somente um comprometimento com a consistência lógica entre as hipóteses e pressupostos fundamentais das teorias e seus próprios critérios de demarcação de informações relevantes.

Nas palavras de Duayer, após reconhecer que, sob o positivismo lógico, a ciência não traduzia “a verdade dos fatos”, mas que o produto da ciência positivista era ele próprio também uma interpretação, foi preciso buscar a legitimidade do conhecimento científico em outro lugar: “O conhecimento científico se legitima, portanto, por produzir não uma mera interpretação dos fatos (adequação empírica), mas uma interpretação útil dos fatos. Legitima-se, então, por ser instrumental” (Duayer; Medeiros; Paineira 2001, p. 5).

Essa é uma postura científica generalizada que suspende a investigação da natureza objetiva dos objetos do conhecimento para enfatizar e relativizar a maneira como esses objetos

são apreendidos⁷. O critério é o da capacidade empiricamente preditiva, diretamente observável, o que é considerado suficiente para dar conta da natureza dos objetos. Sublinhamos aqui que o critério empirista é também tributável à Popper, pois é com o grau de corroboração (empírica) que se sustentam as teorias. O critério popperiano de corroboração pode ser considerado uma versão “sofisticada”, como diria Lakatos, do critério de verificação positivista, visto que enquanto o último supunha um teste empírico definitivo que validasse definitivamente a cientificidade de uma proposição, o critério de corroboração considera proposições “mais científicas” (mais empiricamente corroboradas) que outras. Assim, nesse contexto, a ciência assume que a teoria mais (empiricamente) abrangente é sempre a mais (universalmente) adequada.

Sob esse aspecto, é possível argumentar que as concepções positivistas e relativistas são mais conciliáveis que contraditórias. Após parafrasear Rudolf Carnap, um dos mais eminentes positivistas e membro do Círculo de Viena, mostrando que o próprio Carnap reconhecia que “para cada cálculo há, em geral, muitas possibilidades diferentes de interpretação verdadeira”, o filósofo György Lukács (2012, p. 55) aponta como a escolha positivista entre diferentes interpretações, por não depender ou não estar diretamente relacionada com o ser-em-si da realidade (que não é exclusivamente empírica), leva em conta somente os resultados da prática imediata. Em outras palavras, Lukács afirma que o descompromisso com relação à ontologia, em apreender a própria lógica dos objetos (que nem sempre é lógica formal), faz com que haja espaço para que o âmbito pragmático da ciência – legítimo dentro de um certo limite – seja elevado à critério máximo da ciência.

Ainda de acordo com Lukács, a prática requer o conhecimento da constituição dos objetos sobre os quais se deseja agir, mas isso não impede que o conhecimento em questão seja parcial, limitado, incompleto ou até mesmo falso. Dentro de um limite mais imediato, pragmático, a execução de algumas finalidades não é perturbada por uma compreensão (profundamente) equivocada da realidade, como atesta, por exemplo, “o sistema ptolomaico que, tendo se mostrado cientificamente falso só depois de um longo período, funcionou de maneira quase impecável para finalidades práticas (navegação, calendário etc.)” (Lukács, 2012, p. 57).

⁷ Para explicar melhor o tipo de entendimento por nós defendido em tempos de relativismo hegemônico, talvez seja produtivo recorrer a uma afirmação categórica, como fez o geógrafo Milton Santos (2014, p. 20): “O mundo é um só. Ele é visto através de um dado prisma, por uma dada disciplina, mas, para o conjunto de disciplinas, os materiais constitutivos são os mesmos”. Por isso a posição aqui defendida procura evidenciar que diferentes paradigmas, programas de pesquisa etc., que constituem diferentes formas globais ou generalizadas de compreender o mesmo mundo e suas legalidades, não podem ser *igualmente* válidos.

Em suma, os modelos de ciência apresentados, pelo seu descompromisso com uma ontologia realista, recaem na aplicabilidade prática imediata que as circulares teorias podem oferecer. Nos modelos do crescimento do conhecimento, portanto, “a verdade é interna a esquemas conceituais particulares” (Cavalcante, 2005, p. 63) e a postura crítica, aqui entendida como confronto entre visões de mundo distintas, mas que dizem respeito ao mesmo objeto, cede espaço para a relativização das divergências, pelo argumento da incomensurabilidade dessas visões de mundo. Na sessão seguinte, esperamos poder mostrar como essas posturas ainda se refletem no debate metodológico que ainda vigora em economia.

O debate metodológico entre heterodoxos e ortodoxos na “Ilustríssima”

O caderno “Ilustríssima”, da Folha de São Paulo, foi o espaço de um embate que oporia as posições mais fundamentais de economistas ortodoxos e heterodoxos ao longo do ano de 2016, e a qualidade da safra não se alterou muito desde aquele período. Consideramos aqui a dimensão relativa ao método e filosofia da Economia. Enquanto precisamos afirmar que esse debate está longe de esgotar as concepções positivas e críticas possíveis da teoria econômica – como mostram Duayer e Paineira, em duas partes de um artigo⁸ (ignorado, como afirmam os autores, pelo editor da “Ilustríssima” sob a alegação de que o debate estaria encerrado, mas) publicado na Carta Capital –, também é inegável que nele se veem representadas as principais correntes teóricas do interior da Economia.

Para não adentrar em questões como a restrição do espaço de diálogo, que neste debate foi majoritariamente dominado por economistas neoclássicos e pós-keynesianos, podemos iniciar por anunciar que as posições apresentadas como opostas comungam de uma mesma concepção de mundo na qual os fenômenos de interesse da ciência se concentram (para alguns, se esgotam totalmente) no nível empírico. E essa visão de mundo ou ontologia empirista pode ser entendida como o elemento compartilhado da maioria das diferentes posições em Economia⁹.

Os ortodoxos, mais apegados à essa ontologia empirista que a maioria dos economistas heterodoxos, ainda afirmam que sua posição não é contaminada por julgamentos de valor, mas

⁸ Neste texto mais recente, os autores partem de um argumento anteriormente desenvolvido em Duayer, Medeiros e Paineira (2001) que teve como propósito responder a Lisboa (1999).

⁹ Tony Lawson (1997, 2003) identifica essa ontologia empirista no interior da Economia e elabora uma extensa crítica dessas concepções a partir do realismo crítico. Lawson credits os recentes fracassos da ciência econômica a uma postura denominada por ele de “dedutivista”, que parte do pressuposto que leis de causalidade são apreendidas por relações do tipo “sempre que ocorre o evento x, então evento y acontece”.

responde apenas às “robustas evidências empíricas”. Os ortodoxos afirmam que seus adversários, os heterodoxos, simplesmente não argumentam, mas desenvolvem “narrativas”. A réplica heterodoxa, por sua vez, assinala a fragilidade da pureza axiológica dos ortodoxos, ressaltando, em certos momentos, que essa pretensão ortodoxa não é viável. A conclusão inferida a partir dos argumentos heterodoxos é, porém, que mesmo com hipóteses e teses radicalmente distintas sobre o funcionamento do mundo, a essas diferentes visões só resta um suposto convívio politicamente harmônico e democrático (até que, no momento oportuno, as teses heterodoxas apresentem ainda mais aderência empírica!¹⁰). Se assim o for, nossas ontologias ou concepções mais fundamentais são, além de inelimináveis, completamente irrelevantes para produzir um entendimento progressivamente mais acertado do mundo.

No primeiro artigo da sequência por nós analisada, dos ortodoxos Lisboa e Pessôa (2016a), os autores propõem um critério de demarcação que diferencia as interpretações ortodoxas e heterodoxas da economia, o que posteriormente é questionado por Oreiro e Gala (2016). Lisboa e Pessôa, em consonância com a escola lakatosiana de neologismo, escolhem para si a designação mais elegante de “economistas tradicionais”, e afirmam que há um consenso básico entre o tipo de mundo desejado, mas diferenças substantivas em relação ao método de análise empregado pelos “tradicionais” e pelos heterodoxos. Em certo sentido, Lisboa e Pessôa procuram sugerir que o objetivo de ambos é fortalecer um estado de bem-estar social, porém os heterodoxos querem fazê-lo por métodos equivocados: partem da conclusão desejada para fatos estilizados, sustentam argumentos em narrativas e não em evidência empírica etc.

Além disso, outro ponto muito enfatizado no discurso dos artigos de Lisboa e Pessôa, é a diferença entre a natureza dos debates nacional e internacional. Os autores afirmam que, ao contrário do que ocorre no Brasil, no debate internacional (leia-se norte-americano) as divergências mais substantivas em Economia se dão em torno do objetivo da política econômica, em aumentar ou diminuir a carga tributária e a abrangência dos serviços prestados pelo Estado. Afirmam que no debate internacional, portanto, ambos os lados partem dos

¹⁰ Parece ser esse o alerta feito por Oreiro e Gala (2016), ao conjecturar que “Ninguém pode afirmar que daqui a cem anos o programa de pesquisa neoclássico continuará hegemônico na comunidade científica” pois “não podemos descartar a possibilidade de que esse programa entre em trajetória degenerativa”. Como também mostram Oreiro e Gala, o caráter degenerativo de um programa de pesquisa é demonstrado pela sua incapacidade em produzir novo conteúdo empírico corroborado, precisando recorrer continuamente a hipóteses ad hoc para explicar novos fatos que não foram previstos.

mesmos métodos, ou seja, de formulação de conjecturas precisas que devem ser testadas conforme a evidência empírica, a lá Popper.

Algo interessante de se perguntar seria se é possível – na descrição de Lisboa e Pessôa, na qual heterodoxia e ortodoxia divergem em métodos – sustentar a própria existência de uma heterodoxia internacional. Se os autores afirmam que o que define a ortodoxia como corrente teórica é o uso de método empírico para validação de conjecturas, e o recorte do debate internacional feito por eles próprios sugere que esse método é consensual também para uma certa “heterodoxia”, então não seria tão simples sustentar que haja debate internacional substantivo, no próprio sentido determinado por Lisboa e Pessôa. Ao invés disso, a postura de Lisboa e Pessôa é alinhada a um recurso ridicularizador lamentavelmente muito usado pelo mainstream. Um recurso que, como assinala Lawson (2009, p. 3), desmoraliza qualquer contribuição que não seja formulada conforme seu próprio método. No entendimento de Lisboa e Pessôa, então, fica claro que o desejável é justamente uma espécie de monismo metodológico na Economia, cujo âmbito de investigação se esgota na evidência empírica, tão cara aos seus argumentos.

Elias M. Khalil Jabbour e Luiz Fernando de Paula, pelo lado heterodoxo, procuram mostrar outras inconsistências nos argumentos ortodoxos. Paula e Jabbour direcionam seu arsenal crítico, inicialmente, para o farto uso da retórica por parte daqueles autores que, segundo estes, pinçam os estudos empíricos que apenas favorecem eles próprios, não destacando aqueles que os contradizem¹¹. Além disso, os autores destacam que a estatística é apenas um dos métodos disponíveis, mas, para os ortodoxos, que ainda estão aprisionados na “ficção positivista”, esse é o método absoluto. Os heterodoxos parecem querer mostrar que os recursos retóricos de Lisboa e Pessôa, que à primeira vista soam popperianos (especialmente em respeito ao critério falsificacionista), carecem da própria cautela de Popper com o papel da “evidência empírica”. Segundo Paula e Jabbour (2016) “Popper sugeria, assim, que o empirismo está sempre à mercê dos pontos de vista do próprio pesquisador e que, portanto, nenhuma teoria poderia se propor a ser verdade absoluta”.

¹¹ Um dos exemplos dados por Paula e Jabbour de contra-evidências empíricas aos argumentos de Lisboa e Pessôa é sobre os efeitos de processos de consolidação em relação à dívida pública e crescimento econômico: “Um trabalho recentíssimo, que tem como um dos autores o ex-secretário do Tesouro americano Lawrence Summers (“The Permanent Effects of Fiscal Consolidations”), confirma achados empíricos anteriores no sentido de consolidações fiscais poderem ser contraproducentes, uma vez que reduções no deficit público podem resultar em aumento na relação dívida/PIB devido aos seus efeitos negativos de longo prazo sobre o crescimento” (Paula; Jabbour, 2016).

Para Paula e Jabbour, o que reúne a heterodoxia enquanto corrente teórica é a rejeição de um monismo metodológico proposto pelos neoclássicos e a busca por realismo de hipóteses. Em termos lakatosianos já empregados neste artigo, seria possível dizer que Paula e Jabbour procuram dissociar a heterodoxia da ortodoxia por professarem, respectivamente, um falsificacionismo sofisticado e falsificacionismo ingênuo. Afirmam os autores heterodoxos em sua réplica à Lisboa e Pessôa que os resultados obtidos por material empírico não têm caráter de conhecimento definitivo, mas são usados (pela heterodoxia) com limites apropriados, circunscritos, imaginamos nós, ao núcleo rígido do programa heterodoxo: “A visão que eles [ortodoxos] têm da heterodoxia é simplista e deturpada. A heterodoxia, como visto, se utiliza de um amplo espectro metodológico, inclusive com uso frequente de modelos matemáticos e técnicas econométricas, embora com a parcimônia necessária e ressalvas quanto a seu uso como um fim em si” (Paula; Jabbour, 2016).

Pode-se inferir, portanto, que não se trata da rejeição do método de pesquisa feito pela ortodoxia. A heterodoxia pode ser entendida, segundo os autores, como um programa de pesquisa rival da ortodoxia, diferenciado pelo núcleo rígido assumido. Na competição entre dois programas de pesquisa, “um deles progride na sua capacidade explicativa da realidade, agregando conhecimento, enquanto outro perde eventualmente poder explicativo e, deste modo, regride, sem que isso represente a sua total refutação”. Assim, os autores advogam um dos aspectos mais característicos de uma concepção metodológica relativista, conforme visto no conceito de PPC de Lakatos. Alegam ser possível que dois programas de pesquisa, com pressupostos fundamentalmente divergentes, afirmem proposições diametralmente contrárias sobre o mesmo objeto, sem que isso signifique que pelo menos um deles precise estar equivocado. Ao invés disso, sugerem que o programa de pesquisa ortodoxo seja destituído de sua hegemonia à medida que as teorias heterodoxas tenham maior capacidade de explanação empírica que as ortodoxas. Mesmo sem citação expressa à Kuhn, também parece razoável alinhar o critério de escolha de Paula e Jabbour ao autor, pela ênfase no papel da crença dos cientistas: “O programa científico prevalecente é aquele aceito pela comunidade científica como tal” (Paula; Jabbour, 2016).

Partindo agora para sua tréplica, Lisboa e Pessôa (2016b) reafirmam seu compromisso com uma metodologia de roupagem popperiana e com sua neutralidade axiológica, garantida pela imparcialidade da análise da evidência empírica. O que Lisboa e Pessôa chamam de “uma velha controvérsia da filosofia da ciência”, é suscitada, dizem, pela forma distinta segundo a qual ortodoxos e heterodoxos justificam seus argumentos: “O que define, a nosso ver, a

economia tradicional é o seu método de trabalho, a formulação de conjecturas precisas que devem ser testadas com base na melhor evidência disponível, e não uma suposta visão de mundo que predetermine o que deve ser concluído” (Lisboa; Pessôa, 2016b). Sobre o teste dessas conjecturas, o mais rigoroso impedimento seria de natureza epistemológica. Os autores afirmam ser “particularmente difícil” testar relações de causalidade em certas áreas das ciências humanas. Ao transpor (ou suprimir) questões de natureza ontológica em problemas epistemológicos, os autores neoclássicos recorrentemente incidem na falácia epistêmica¹². Além disso, parece interessante destacar a sintonia de heterodoxos e ortodoxos ao considerar o critério empírico como árbitro último de teorias contrapostas: “Na medida em que uma abordagem com hipóteses diferentes das usuais resulte em conjecturas precisas e tenha melhor aderência à evidência empírica, ela deve se tornar a nova economia dominante” (Lisboa; Pessôa, 2016b).

Ainda na tréplica, mas sem coautoria e em artigo intitulado “Heterodoxos e Curandeiros”, Lisboa (2016) faz uso da conhecida analogia do remédio e da enfermidade para defender ressalvas na “criatividade na condução da política econômica” por parte da heterodoxia. Para o autor, o papel da heterodoxia é procurar ser útil ao propor soluções alternativas para problemas não completamente compreendidos pela ortodoxia. Segundo ele, a utilidade da heterodoxia culmina em sua absorção pela ortodoxia, como ocorreu com o keynesianismo em meados do século passado. Em termos kuhnianos, mantém-se o paradigma com ajustes que o faça explicar um certo grupo de anomalias indesejadas, mas sem abandonar o individualismo metodológico, como afirmam Bastos e Belluzzo (2016).

¹² Segundo Roy Bhaskar (2008, p. 5), concepções que se fundamentam no realismo empírico aderem ao dogma de que proposições sobre o ser ou essência das coisas podem ser sempre transpostas em proposições sobre o nosso conhecimento dessas coisas. E Lisboa e Pessôa (2016b) cometem essa falácia ao transpor problemas que evidentemente dizem respeito à natureza particular (aberta, complexa) das relações sociais em problemas epistemológicos: ‘aperfeiçoamento’ de modelos, ampliação das bases de dados disponíveis etc. O experimento empírico recebe uma tarefa que não pode ser resolvida sem raciocínio ontológico. Segundo este raciocínio, é por isso que os economistas ortodoxos em geral expressam a dificuldade de executar essa tarefa: “Testar relações de causalidade é particularmente difícil em diversas áreas das ciências humanas” (Lisboa e Pessôa, 2016b). Ou conforme Friedman (1981, p. 2), “O fato de a economia considerar interrelações entre seres humanos e de o pesquisador ser ele mesmo (de modo muito mais claro do que acontece nas ciências físicas), parte do assunto investigado, geram, como é óbvio, dificuldades especiais quando se cogita de alcançar objetividade”. Em lugar de questionamentos sobre o tipo de relação causal se sucede na sociedade (realmente seriam elas do tipo ‘sempre que ocorre o evento x, então ocorre o evento y’?), busca-se aperfeiçoar as formas de apreender a mesma estrutura de regularidades empíricas. Autores como Bhaskar e Lawson argumentam que essa dificuldade epistemológica deriva diretamente da recusa em considerar explicitamente as proposições de natureza ontológica. Bhaskar (1998, p. 49) diz que “o que o distingue [estudo da sociedade] é que a sociedade não apenas não pode ser identificada independentemente de seus efeitos, mas ela também não existe independentemente deles. Mas por mais estranho que isso possa ser de um ponto de vista ontológico, daí não surgem dificuldades epistemológicas especiais”.

Bastos e Belluzzo (2016), que também disputam a caracterização do seu grupo, a heterodoxia, rejeitam ser intitulados como Economia “sem dados”. Afirmam que o critério de demarcação das correntes de Lisboa e Pessôa é problemático por desconsiderar que a heterodoxia em Economia também recorra aos mesmos métodos quantitativos que a ortodoxia, embora com muito mais ceticismo. Os pressupostos que distinguem a ortodoxia enquanto corrente teórica são a concepção de sociedade enquanto unidade formada pelo somatório de indivíduos cujo agir resulta espontaneamente num resultado socialmente harmônico. Já as heterodoxias poderiam ser unificadas pela concepção de assimetria e conflito entre classes sociais ou países, na qual o resultado social, em lugar de harmônico, é instável (Bastos; Belluzzo, 2016).

Os autores devidamente associam o método empregado por Lisboa e Pessôa às diretrizes propostas por Friedman em seu famoso Metodologia da economia positiva, que defende que a utilidade dos pressupostos consiste precisamente em seu irrealismo, e que, em consequência disso, a boa Economia, a Economia Positiva, deve partir de pressupostos cada vez mais irrealistas para desenvolver modelos abstratos que possam produzir previsões cada vez melhores, conforme os critérios de simplicidade e fecundidade. Bastos e Belluzzo, contudo, valorizam o debate especializado fora da economia acrescentando que

A imensa maioria dos ortodoxos nem sequer sabe que a proposta metodológica de Friedman, próxima do instrumentalismo, é rejeitada quase universalmente entre filósofos e epistemólogos, porque faz da economia a única ciência em que a maioria dos praticantes não se preocupa em explicar fenômenos, mas apenas em prever correlações com base em descrições e supostos completamente irrealistas sobre o funcionamento do objeto (Bastos; Belluzzo, 2016).

Além disso, os autores destacam que a resposta neoclássica ao arcabouço teórico keynesiano desenvolvido com o intuito de mostrar que o sistema financeiro não é autorregulável foi absorver o esquema teórico de Keynes, que se apresentava o caso geral, enquanto um caso especial da própria teoria neoclássica, onde as imperfeições de mercado eram obstáculos exógenos postos para o mercado, que tem mantida sua estabilidade intrínseca. O que Bastos e Belluzzo possibilitam enfatizar é que, mesmo diante de evidências de que a teoria neoclássica dominante é inadequada, não sucede daí a rejeição ou falsificação de seus pressupostos, o que prometeria uma conduta popperiana comprometida. Diante de tal situação, a ortodoxia historicamente muda a roupagem metodológica para a dos relativistas, segundo os quais é justamente a capacidade cumulativa do conhecimento científico que o define. Como indicam

Bastos e Belluzzo (2016), a concepção do individualismo metodológico se mantém intacta dentro do programa de pesquisa ortodoxo.

No último artigo aqui analisado, também publicado na “Ilustríssima”, Oreiro e Gala (2016) tratam do “Núcleo duro da divergência entre ortodoxos e heterodoxos na economia”. Em sua própria rejeição do critério de demarcação de Lisboa e Pessôa, os autores afirmam que o que contrapõe heterodoxos e ortodoxos não é a aplicação de um determinado método, mas a adesão a um certo núcleo rígido que, por definição, não pode ser testado. E como os núcleos rígidos dos programas de pesquisas são intestáveis, ou incomensuráveis, a atitude democrática e honesta na ciência é conviver com alguma espécie de pluralismo.

Oreiro e Gala destacam, também, que não se pode descartar a possibilidade de que o programa neoclássico, com seu núcleo rígido particular, entre em trajetória degenerativa no estilo lakatosiano. Isto é, ao ser confrontado com anomalias que não consegue explicar e fatos que não é capaz de prever, o programa entra em trajetória teórica e empiricamente degenerativa, tendo que recorrer a hipóteses ad hoc. Os autores sugerem que já existem evidências de que isso ocorra no interior da tradição hegemônica, mas alertam que para tratar do assunto seria requerido um outro artigo.

Mas, mesmo assumindo que Oreiro e Gala estejam corretos em constatar a trajetória degenerativa da ortodoxia, seria possível supor, como os autores, que daí derive uma mudança no programa de pesquisa dominante, um shift paradigmático, como diria Kuhn?

Considerações Finais

Constata-se que, para questões de validação de resultados empíricos, a postura heterodoxa pode ser muito mais facilmente associada aos autores relativistas de filosofia da ciência, que são mobilizados para apontar o caráter incorrigivelmente interessado e orientado por valores da pesquisa ortodoxa. Em seu lado, os ortodoxos mantêm o apego ao discurso positivista de que o seu método mostra “a verdade dos fatos”, e que só poderia ser superado por proposições de mesma natureza. Para eles, a Economia não pode deliberar sobre as políticas econômicas, pois isso requer juízo de valor, o que não cabe à ciência, mas unicamente à sociedade. Mas, como apontam Duayer e Paineira:

Com isso os autores insinuam, sem afirmar, que a Economia não parte de nenhuma visão de mundo e tampouco contribui para reforçar com sua autoridade científica as visões de mundo socialmente hegemônicas. O que equivale a dizer que, em sua opinião, a Economia trabalha em um vácuo ontológico. Incidentalmente, como a sociedade delibera sobre as políticas a

serem adotadas sem recorrer à ciência é um profundo mistério (Duayer; Paineira, 2017).

Já sobre o confronto entre as diferentes e inelimináveis visões de mundo, pressupostos, núcleo duro, paradigmas, ontologias etc., da ortodoxia e heterodoxia, os primeiros afirmam que deve haver a substituição do programa dominante por outro alternativo (evidentemente, falam do programa heterodoxo), pois este apresentaria maior capacidade de descrição, explanação e previsão empíricas. Os ortodoxos, no entanto, reafirmam sua prontidão em incorporar quaisquer contribuições externas como casos especiais de seu próprio programa, desde que seja aplicado o método (empírico) adequado e que isso os permita previsões mais precisas e em maior número do que anteriormente.

Os heterodoxos terminam por concluir, como vimos, que a competição entre as diferentes ontologias não pode ser resolvida empiricamente, pois os resultados empíricos são dependentes da ontologia que os orienta, e que a competição também não pode ser resolvida ontologicamente, pois cada uma das diferentes ontologias é igualmente válida, restando a disputa apenas pela capacidade preditiva de cada uma dessas ontologias. Em consequência dessa tomada de posição relativista, os próprios heterodoxos caem numa armadilha: como o caráter progressivo dos programas de pesquisa é cambiante, nenhuma formulação ontológica fundamental pode ser descartada (nem mesmo a tão recusada racionalidade ortodoxa e sua noção de equilíbrio intrínseco).

Com este estudo procuramos indicar que, em que pese um discurso mais sofisticado e, conforme a necessidade¹³, oposto às noções positivistas para aderir ao relativismo dos filósofos do crescimento do conhecimento, boa parte da heterodoxia se vê na impossibilidade de sequer rejeitar o núcleo rígido do programa que critica. O mesmo argumento relativista que, por um lado, incentiva a saudável circulação de ideias não hegemônicas obstrui, por outro, a perspectiva de destituição do programa hegemônico da ortodoxia.

CRITICAL NOTES ON THE METHODOLOGICAL DEBATE BETWEEN ORTHODOXY AND HETERODOXY AT “ILUSTRÍSSIMA”

ABSTRACT: *The objective of this article is to argue that the methodological debate in Economics still contains positivist trends, which have already been surpassed in philosophy*

¹³ Em entrevista, Maria da Conceição Tavares parece indicar exatamente esse tipo de conduta ao responder, sobre a importância do método na pesquisa econômica brasileira, que: “Todo mundo sabe que no Brasil todos os grandes formadores de ‘Escola’ não têm método nenhum! São todos ecléticos, todos! [...] Qual é o método em voga nesse país? A ‘falsificação de hipóteses’ num método econométrico?!” (Biderman; Cozac; Rego, 1996, p. 133).

of science to give place to what currently constitutes a consensus: it is not possible to interpret and act on the world without a previous conception which contains judgment of values, beliefs, assumptions, etc., or, in other words, it is not possible to interpret and act on the world without an ontology. If the orthodoxy wing still believes to represent the most positivistic axiological neutrality, a good part of the heterodoxy declares that these ontological conceptions about the world are, ineliminable, but also immeasurable. It is argued that the problematic consequence of this positioning is that it renders irrelevant any deeper conceptions about reality. The text then commits itself to an analysis that points out criticisms to both sides of the methodological debate in “Ilustríssima.”

KEYWORDS: Economics methodology; Ontology; Philosophy of science.

JEL Classification: B14; B41

REFERÊNCIAS

BASTOS, P. P. Z.; BELLUZZO, L. G. Uma crítica aos pressupostos do ajuste econômico. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 mar. 2016. Caderno Ilustríssima. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2016/02/1738971-metodo-e-nao-retorica-deve-reinar-na-economia.shtml>. Acesso em: 28 mar. 2024.

BHASKAR, R. **A Realist Theory of Science**. London: New York: Routledge, 2008. Original de 1975.

BHASKAR, R. Societies. **The Possibility of Naturalism: A Philosophical Critique of the Contemporary Human Sciences**. London, New York: Routledge, 1998. Original de 1979.

BIDERMAN, C.; COZAC, L. F. L.; REGO, J. M. **Conversas com economistas brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 1996. v. 1. p. 127-151.

CALDWELL, B. **Beyond positivism: economic methodology in the twentieth century**. Londres: George Allen & Unwin, 1982.

CAVALCANTE, C. M. **Ciência e Filosofia: uma discussão acerca da possibilidade do conhecimento objetivo**. 2005. 109f. Monografia de conclusão de curso (Graduação em Economia) - Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

DUAYER, M.; MEDEIROS, J. L.; PAINCEIRA, J. P. A miséria do instrumentalismo na tradição neoclássica. **Estudos econômicos**, São Paulo, v.31, n.4, out./dez. 2001.

DUAYER, M.; PAINCEIRA, J. P. Economia ortodoxa: notícias de lugar nenhum, parte (I). **Carta Capital**, 9 maio 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/economia-ortodoxa-noticias-de-lugar-nenhum-parte-1/>; <https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/economia-ortodoxa-noticias-de-lugar-nenhum-parte-2/>. Acesso em: 5 mar. 2024.

FEYERABEND, P. **Against Method**: Outline of an Anarchistic Theory of Knowledge. London: New Left Books, 1975.

FRIEDMAN, M. The methodology of positive economics. **Edições Multiplic**, [S.l.], v. 1, n. 3, 1981. Original de 1953.

KUHN, T. S. **The Structure of Scientific Revolutions**. Chicago: The University of Chicago Press, 1970. Original de 1962.

LAKATOS, I. **The methodology of scientific research programmes**. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

LAWSON, T. **Reorienting Economics**. London: New York: Routledge, 2003.

LAWSON, T. **Economics and Reality**. London: New York: Routledge, 1997.

LAWSON, T. Contemporary Economics and the Crisis. **Real-World Economics Review**, [S.l.], v. 50, 2009, p. 122-131.

LISBOA, M. Heterodoxos e curandeiros. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 set. 2016. Colunistas. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/colunas/marcos-lisboa/2016/09/1816583-heterodoxos-e-curandeiros.shtml>. Acesso em: 5 de set. 2022.

LISBOA, M.; PESSÔA, S. O funcionamento da economia segundo a direita e a esquerda. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 5 jun. 2016a. Caderno Ilustríssima. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2016/07/1792072-no-brasil-direita-e-esquerda-tem-objetivos-semelhantes.shtml>. Acesso em: 5 de set. 2022.

LISBOA, M.; PESSÔA, S. Os métodos que dividem as águas no debate econômico. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 jun. 2016b. Caderno Ilustríssima. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2016/09/1809615-os-metodos-que-dividem-as-aguas-no-debate-economico.shtml>. Acesso em: 5 de set. 2022.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012. v.I.

OREIRO, J. L.; GALA, P. O núcleo duro da divergência entre ortodoxos e heterodoxos na economia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23 out. 2016. Caderno Ilustríssima. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2016/10/1824987-o-nucleo-duro-da-divergencia-entre-ortodoxos-e-heterodoxos-na-economia.shtml>. Acesso em: 5 de set. 2022.

PAULA, L. F. de; JABBOUR, E. A retórica da ortodoxia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 ago. 2016. Caderno Ilustríssima. Disponível em: <http://www.luizfernandodepaula.com.br/ups/a-retorica-da-ortodoxia-folha-ilustrada.pdf>. Acesso em: 5 de set. 2022.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2014.